

# Senado não aceita papel de espectador

226

O Senado dá sinais de que a imagem de paraíso do *dolce far niente* começa a incomodar. A sociedade incomoda há muito tempo, mas agora são os senadores que sentem a necessidade de intervir diretamente nas decisões do Legislativo. Por natureza, o Senado é uma instância revisora do Congresso. Mas nos debates das reformas, a intenção é participar ativamente, até para que não fique a Câmara, como sempre, com a prerrogativa exclusiva de dar eco aos sentimentos nacionais.

Na reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com os líderes no Congresso e os presidentes da Câmara e do Senado, na quinta-feira passada, discutiu-se mais do que formas de dar maior agilidade à tramitação das emendas.

O vice-presidente do Senado, Teotônio Vilela Filho, apresentou uma proposta que começou a ser debatida, mas ainda depende do preenchimento de alguns pré-requisitos. O principal é a definição nítida do perfil da bancada governista.

Para Téo Vilela, os trabalhos ganhariam velocidade e o Senado visibilidade se as reformas fossem discutidas e votadas simultaneamente nas duas Casas. Não se trata de alterar o regimento e fazer votações unicamerais. Isso só seria permitido se o processo fosse constituinte ou de revisão constitucional.

Votações de emendas têm de seguir o rito tradicional que dá precedência à Câmara. Depois de aprovada ali, a emenda segue para o Senado. Se houver qualquer alteração, mesmo que seja de vírgula, a questão volta ao exame da Câmara e depois ainda torna ao Senado.

A idéia é fazer com que dois temas entrem simultaneamente em discussão pelo seguinte caminho: enquanto a Câmara vota, por exemplo, as emendas da Ordem Econômica, a bancada governista no Senado apresenta, por hipótese, a proposta da reforma tributária naquela Casa. Aí é que se impõe a necessidade de uma maioria governista segura, pois tudo precisaria ser feito com base em acordos.

Claro, porque essa estratégia não exclui o cumprimento da regra que manda que um mesmo assunto tenha de ser examinado pelas duas instâncias em separado. Assim, se não houvesse um acordo bem fechado, a simultaneidade perderia a razão de ser. Se o Senado ou a Câmara resolvessem fazer alterações nas emendas votadas pela outra instância, a confusão seria ainda maior — bem como a perda de tempo — do que se fosse seguido o processo tradicional.

Na reunião com Fernando Henrique discutiu-se muito o assunto, mas a conclusão sobre ele foi adiada para esta semana, porque há uma corrente que defende ainda uma outra forma de garantir a participação mais efetiva do Senado com a qual, imagina este grupo, se correria menos riscos. Os senadores, nessa hipótese, teriam o direito de participar informalmente das discussões na Câmara e, em troca, se comprometeriam a não alterar nenhuma vírgula do que fosse aprovado ali.

Ambas as propostas são inovadoras e podem até bater em resistências mais conservadoras. De saudável, no entanto, encerram a intenção de romper o ciclo da inércia.